

Ano de
2018



LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias





PREFEITURA DE QUATIPURU
GABINETE DO PREFEITO

Palácio do Executivo – Endereço: Rua Cônego Siqueira Mendes, s/n.
CNPJ N.º 01.612.367/0001-29. - Quatipuru – Pará, CEP - 68.709-000

Ofício 003/2018 – GAB/PMQ

Quatipuru – Pará, 05 de janeiro de 2018.

Do: Prefeito Municipal de Quatipuru
Luiz Pereira de Sousa

A Sua Excelência
O Senhor Luiz Daniel Lavareda Reis Junior
M.D. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM
Travessa Magno de Araújo, 474 – Bairro: Telégrafo. 66.113-050 – Belém -Pa

Assunto: **Remessa LDO/2018.**

Senhor Presidente,

Honrado em cumprimentá-lo, vimos por meio deste, em atendimento a Legislação Vigente, encaminhar a LEI MUNICIPAL Nº 237/2017 de 04 de julho de 2017 que dispõe as Diretrizes Orçamentárias para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual de 20'18 e dá outras providências.

Sem mais para o momento, desde já agradeço e reitero votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Luiz Pereira de Sousa
Prefeito Municipal de Quatipuru



PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE PUBLICAÇÃO

Categoria	ATOS OFICIAIS
Subcategoria	LEI ORÇAMENTÁRIA
Data de Publicação	04/07/2017
Descrição	LEI Nº 237 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2018.
Órgão Publicação	Prefeitura Municipal – Gabinete do Prefeito


Antonio Renan Silva da Costa

Secretário Municipal de Administração

Decreto nº. 011/2017

Antonio Renan Silva da Costa
Secretário Municipal de Administração
Decreto Nº 011/2017

01.612.367/0001-29

Prefeitura Municipal de Quatipuru

Rua Cônego Siqueira Mendes, 08

Centro - CEP: 68.709-000

Quatipuru - PA



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 237 DE 04 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quatipuru, faço saber que a Câmara Municipal **aprova** e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, na Lei nº. 4.320, de 1964 e Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal) e da Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município de Quatipuru, para o exercício de 2018, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas a dívida pública municipal
- V – as disposições relativas às despesas do Município com o pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII – as disposições gerais.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas no Plano Plurianual – PPA – Quadriênio 2018/2021, que será enviado até 31/08/2017, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Nas destinações dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de educação, saúde, assistência social e meio ambiente.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por função, programas, subprograma, atividades ou projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

§ 3º As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades e projetos não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade dos mesmos e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 4º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguirem discriminados:

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária anual por programas e suas respectivas ações orçamentárias, atividades e projetos ou operações especiais.

- 1 – pessoal e encargos sociais;
- 2 – juros e encargos da dívida;
- 3 – outras despesas correntes;
- 4 – investimentos;
- 5 – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 – amortização da dívida.

Art. 5º. O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º. A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - às ações descentralizadas de saúde e assistência social para cada distrito;
- II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III - atendimento de ações de alimentação escolar;
- IV – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

V – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos; e

VI – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal até 31 de Outubro de 2017, compor-se-á de:

I – mensagem;

II – texto da lei orçamentária;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto;

II - evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e elemento de despesa;

III - resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V - receita e despesa, do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei no 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei no 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por elemento de despesa e fonte de recursos;

VIII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, sub-função, programa, subprograma e elemento de despesa;

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

IX - recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, sub-função e programa;

XII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhados por atividades e projetos, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º O Poder Executivo disponibilizará até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - os recursos decorrentes do orçamento fiscal e da seguridade social.

II - os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto do art. 60 da ADCT, com a redação dada pela emenda constitucional nº 14/98, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

III - o detalhamento dos principais custos unitários, médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados.

IV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2017 e o programado para 2018, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na 2000, demonstrando a memória de cálculo.

V - a evolução da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2017 e a estimada para 2018, bem como a memória de cálculo dos principais itens de receita, inclusive as financeiras.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

VI - os pagamentos, por fonte de recursos, relativos aos elementos de Despesa "juros e encargos da dívida" e "amortização da dívida", da dívida interna e externa, realizados nos últimos três anos, sua execução provável em 2017 e o programado para 2018

VII – o demonstrativo da receita nos termos do art. 12 da Lei Complementar no 101, de 2000, destacando-se os principais itens de:

- a) impostos;
- b) taxas.

VIII – a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar no 101, de 2000;

§ 4º Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 5º O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais, com sua despesa por setor e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elemento de despesa.

§ 6º O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2018, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 8º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – às ações de educação, saúde, assistência social e meio ambiente;
- II – ao atendimento de ações de alimentação escolar;
- III – ao pagamento de precatórios;
- IV – ao atendimento das operações relativas à dívida municipal;
- V- as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 9º. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo e as Autarquias Municipais, encaminharão ao Poder Executivo Municipal, até 31 de agosto de 2017, suas respectivas proposta orçamentária, observada os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO
MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2018, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição.

Art. 13. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no artº 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivamente subtítulos em andamento; e

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamentos aqueles cuja execução financeira, até 30 de Junho de 2017, não ultrapassar vinte por cento de seu custo total estimado.

Art. 14. O Poder Legislativo terá como limites de despesas correntes e de capital em 2017, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício 2017.

Parágrafo único. Caso o valor estabelecido na proposta orçamentária do Legislativo para 2018, seja inferior ao efetivamente arrecadado, dos tributos citados no caput deste artigo, ao final do exercício de 2017. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar as providências cabíveis para atingir o percentual estabelecido.

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

Art. 15. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

- I – ações que não sejam de competência exclusiva do município, salvo por Convênio;
- II – aquisição imobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional, salvo para residência oficial do Município e residências mantidas pelo poder público que servem de residências de pessoas a serviço da municipalidade;
- III – clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e
- IV – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgão ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 16. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo à destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com previa autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 17. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições;

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial; e

III – atendam ao disposto nos art. 195, § 3º e art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT. Bem como na Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sócias, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2017 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

Art. 18. É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” e “contribuições” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam.

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com administração pública municipal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

§ 1º Para efeito de disposto no artigo anterior entende-se por:

I – contribuição: dotações destinadas ao atendimento de despesas que não envolvam contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, bem como aquelas destinadas a atender despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto nos artigos 25 e 26 da LC nº 101/2000;

II – auxílios financeiros a pessoas físicas; dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens e também em situação de risco decorrente de eventos climáticos desastrosos.

III - material de distribuição gratuita; dotações destinadas a atender despesa com aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

§ 2º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 19. Os Projetos de Lei relativos a crédito adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão pelos dirigentes dos órgãos ao Prefeito Municipal, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa.

§ 3º Cada Projeto de Lei devera restringir-se a um único tipo de credito adicional.

§ 4º Os Créditos Adicionais destinados a despesas de pessoal e encargos sociais serão encaminhados a Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Art. 20. Os recursos de convênios não previstos no orçamento poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais.

Art. 21. Fica facultado o Poder Executivo a incluir no Projeto de Lei Orçamentária, critério de correção mensal ou quadrimestral das Despesas Orçadas para o exercício financeiro de 2018.

§ 1º A Loa destinara recursos de ordem de vinte e cinco por cento no mínimo da receita resultante de impostos, incluindo os originários de Transferências Estaduais e Federais, para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com ênfase para o Pré-escolar e Ensino Fundamental.

§ 2º A Loa destinara recursos na ordem de quinze por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, incluindo os originários de Transferências Estaduais e Federais, para aplicação na Manutenção da Saúde.

§ 3º A Loa conterá autorização para abertura de créditos suplementares conforme disposto no inciso I, art 7º, c/c art. 43º da lei 4320/64 e § 8º do art. 165 da C.F.

§ 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado no exercício de 2018 a transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferências, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições mantidas a estrutura programática, expressa por categoria de programação para outra ou de uma função para outra, para prover recursos para suplementar verba orçamentária assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza

da despesa, modalidades de aplicação e as fontes de recursos, nos termos do art. 167 inciso IV da CF e parágrafo único do Art. 4º desta Lei.

§ 5º Na transposição. Transferência ou remanejamento de que trata o parágrafo acima, poderá haver ajuste na classificação funcional assim como havendo alteração, por ato da esfera federal, nos códigos da classificação da receita e despesa, fica o Poder Executivo autorizado a

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

compatibilizar os códigos dos Orçamentos vigentes o qual será efetuado por ato do poder executivo.

§ 6º A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente até, no mínimo, 1%(um por cento) da receita corrente líquida.

§ 7º A reserva de contingência será utilizada como fonte de financiamento para atender passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e também utilizada como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

§ 8º Durante a execução orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o valor da reserva de contingência para investimentos se as situações postas no anexo de Riscos Fiscais deixarem à condição de afetação das contas públicas.

§ 9 As codificações de modalidades de aplicação e das fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas e ou desmembradas para atender as necessidades de execução e dar maior transparência à execução orçamentária-financeira por meio de ato do chefe do poder executivo.

§ 10 Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei do orçamento na câmara municipal serão ajustado após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 11 Fica o Poder Executivo, autorizado a sua conveniência e discricionariedade de incorporar neste projeto de lei, os projetos e atividades que foram incluídos e alterados na Lei de revisão do PPA e de abertura de Credito Adicional Especial durante o exercício anterior.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DIVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Art. 22. A atualização Monetária do Principal da dívida mobiliária do município não poderá superar no exercício de 2017, a variação do INDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO (IGP-M), da fundação Getulio Vargas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23. Em cumprimento ao dispositivo do art. 169, parágrafos, incisos da C.F e Lei Complementar nº 101/00.

I – durante o exercício de 2018, as despesas totais do Pessoal Ativo da Administração Direta e Indireta financiadas com recursos do Tesouro, deverão ser praticadas em cumprimento a Lei Complementar nº 101/2000;

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

II – o Poder Legislativo Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento incluindo gastos com o Subsídio de seus Vereadores, § 1º do Artigo 29-A da C.F.

III – somente poderão ser contratados servidores públicos, mediante concurso público.

IV – exceto as nomeações para cargos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, bem como a contratação por tempo determinado de pessoais técnico especializado, a fim de atender necessidades temporárias da administração e de excepcional interesse público dispostos em lei.

V – fica o Poder Executivo autorizado a criar cargos de provimento efetivo ou alterar a estrutura de carreira, bem como admitir pessoal, observando o disposto deste artigo e em seus parágrafos e incisos.

VI – o reajuste da remuneração de pessoal nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, será corrigido de acordo com a disponibilidade financeira do tesouro municipal, respeitando o limite estabelecido no inciso III do art. 19 e no inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101 de 2000, na forma do disposto no art. 169 da Constituição Federal.

VII – fica o Poder Legislativo autorizado a criar cargos de provimento efetivo ou alterar a estrutura de carreira, bem como admitir pessoal, observando o disposto deste artigo e em seus parágrafos e incisos.

Art. 24. No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar 101/ 00 e no Art. 29-A, da Constituição Federal

Art. 25. No exercício de 2018, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 23 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, saúde, educação e assistência social, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

§ 1º A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo ou a quem este delegar competência.

§ 2º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa de pessoal, independente da legalidade ou validade do contrato.

§ 3º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

Público, efetuada por força de lei ou decisão judicial, e os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividade que simultaneamente;

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento.

II - não sejam inerentes à categoria funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26. O Poder Executivo encaminhará caso necessário ao Poder Legislativo no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária Municipal, especialmente sobre:

I – criação de novas taxas e revisão da base de cálculo das já existentes;

II – revisão da base de cálculo dos Impostos já existentes;

III – o município fará uma revisão no Código Tributário para adaptar a realidade prevista, ou seja, aumentar a arrecadação própria do Município.

§ 1º Para efeito deste artigo, toda e qualquer alteração processada no âmbito da Legislação Tributária Municipal, levará em consideração o princípio da Justiça Social, tributando-se mais aqueles de mais posses, notadamente as áreas improdutivas, para que se possa aliviar a carga Tributária das camadas mais pobres da população.

§ 2º A concessão ou ampliação de incentivos de isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, somente será aprovada mediante a estimativa de renúncia de receita e consequentemente anulação de despesas de idêntico valor ou pelo aumento de receita decorrente do crescimento econômico, do combate à sonegação e a elisão fiscal da elevação de alíquotas da ampliação da base de cálculo e da majoração ou criação de tributo.

§ 3º A estimativa de renúncia de receita será apresentada pelo iniciador da proposição legislativa.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma mensal de desembolso por órgão do Poder Executivo,

Avenida Cônego Siqueira Mendes, S/N. Centro. Quatipuru Pará. CEP: 68.709-000



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

observando em relação às despesas constantes desse cronograma a abrangência necessária a obtenção das metas fiscais.

Parágrafo único. Desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos.

Art. 28. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta arrecadação para atingir o resultado primário desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar n o 101, de 2000, serão fixados, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de “projetos” e de “atividades e operações especiais”, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2018, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais inclusive ao destinados ao pagamento da dívida;

II - despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

III - despesas correntes obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, até o trigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º O Poder Legislativo com base na informação de que trata o § 1º, publicar ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no caput deste artigo.

§ 3º A limitação que trata o caput deste artigo será feita por ato próprio de cada poder, nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre.

Art. 29. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 30. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência Municipal;

III - pagamento do serviço da dívida;

IV – pagamento de despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de Dezembro de 2016;

V – programa de duração continuada;

VI – assistência social, saúde e educação;

VII – manutenção das entidades;

VIII - sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 32. Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada elemento de despesa e fonte de recurso.

Art. 33. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 34. Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da Administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, antes do atendimento da requisição judicial observada as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 35. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 36. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa deverá, obrigatoriamente, atender ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. Autorizar o Poder Executivo a suplementar automaticamente através de decreto as dotações referentes as receitas vinculadas pelo valor do seu excesso de arrecadação efetivamente realizado no exercício de 2017, assim como pelo superávit financeiro do exercício anterior



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

Art. 38. Autorizar o Poder Executivo a auxiliar o Estado no custeio das Despesas com; Polícia Militar, Civil, Emater, Setran e Fórum da Justiça local .

Art. 39. O Poder Executivo publicara os quadros de detalhamento de despesa (QDD), por órgão, unidade orçamentária e elemento de despesa que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, juntamente com a lei orçamentária.

Parágrafo único. Os quadros de detalhamento de despesa poderão ser alterados conforme necessidade do desdobramento do grupo de natureza da despesa, observando os limites estabelecidos por unidade orçamentária, por categoria de programação, por grupo de natureza e por fontes de recursos.

Art. 40. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como irrelevante as despesas que não ultrapassem o limite de que trata os incisos I e II do art. 24 e seu parágrafo único da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, modificada através do art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998.

Art. 41. Os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos do Município não poderão ser superiores em mais de trinta por cento, aqueles constantes do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (SINAPI), mantido pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. Somente em condições especiais devidamente justificadas, poderá os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01.01.2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatipuru/Pa, em 04 de Julho de 2017.

LUIZ PEREIRA DE
SOUSA:44302800291

Assinado
digitalmente por
LUIZ PEREIRA DE
SOUSA:44302800291
Data: 2017.07.04
14:57:23 -0300

Luiz Pereira de Sousa
Prefeito Municipal

ATA DA 18ª SESSÃO LEGISLATIVA DO 1º PERÍODO ORDINÁRIO DO ANO DE 2017, da 5ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU, REALIZADA DIA 30 DE JUNHO DE 2017

Aos trinta (30) dias do mês de Junho do ano de Dois Mil e Dezessete (2017), às dez (10) horas no Plenário Legislativo Benedito Rodrigues da Câmara Municipal de Quatipuru, Estado do Pará, reuniram-se os Senhores Parlamentares sob os trabalhos do Senhor Vereador Paulo Cícero da Silva Reis, Presidente da Câmara Municipal, antes de iniciar a Sessão Ordinária, convoca o Senhor Vereador Benedito Martins para fazer a leitura de uns versículos da Bíblia Sagrada e após a leitura o Senhor Presidente convoca a Senhora Vereadora Regina Oliveira 2ª Secretária da Mesa Diretora para fazer a chamada dos Senhores Vereadores para verificação de quorum. Responderam presente os seguintes: Benedito Martins, Hemerson Soares, Iralton Fernandes, João Osmar, Manoel Costa, Paulo Cícero, Orlando Júlio, Regina Oliveira e Sílvia Santa Brígida. Havendo quorum o Senhor Presidente declara aberta a Sessão Legislativa Ordinária e convoca o Senhor Vereador Sílvia Santa Brígida 1ª Secretária para fazer a leitura da Ata da Sessão legislativa anterior, após lida a Ata é sub metida em discussão havendo contestações dos seguintes Vereadores: João Osmar, disse em seu pronunciamento que o aterramento da orla de Quatipuru serve também para a academia que a Vereadora Regina requereu. Também disse que a Secretaria de Saúde deste município recebe mensal do Penac o valor de dois mil e cem reais e deste valor o Secretário pode muito bem comprar materiais que faltam no ESF do bairro Pedreira. Manoel Costa, disse em seu pronunciamento, que apresentava uma emenda na proposta de alteração da lei 230/2016, que o valor cobrado de ingresso é de um por cento (1%) do salário mínimo vigente. E como não houve mais contestações a Ata é submetida em votação, sendo aprovada com alterações. Dando prosseguimento o senhor Vereador 1ª Secretário fez a leitura do expediente. Correspondências recebidas: Ofício acompanhado de um abaixo assinado dos Agentes Comunitários de Saúde de Quatipuru – ACS, no qual solicitam providências desta Câmara Municipal para requerer que seja enviado apelo ao Prefeito Municipal de Quatipuru no sentido de implantar o adicional de insalubridade aos vencimentos dos mesmos, conforme PLS Lei federal nº 13.342/2016, para caracterizar como insalubridade o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde. Abaixo Assinados dos Funcionários do quadro de departamento de Tributação e Arrecadação da Prefeitura Municipal de Quatipuru, efetivos em plena atividade de funções, solicitam que seja visto o direito de receber a diferença salarial imposta no edital do concurso público de 2001, de onze por cento (11%). Pareceres das Comissões de Justiça e Redação de Leis, Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal sobre o projeto de Lei nº 001/2017 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO, para elaboração da Lei Orçamentária do ano de 2018 do município de Quatipuru, na íntegra: A Comissão de Justiça e Redação de Leis, em reunião realizada dia 29 de junho de 2017, após estudo e análise detalhada de sua competência, decidiu acolher o voto do relator vereador Manoel Costa de Aviz, que concluiu pela constitucionalidade, do projeto de Lei nº 001/2017 que “dispõe sobre a Diretrizes Orçamentárias – LDO para elaboração da Lei orçamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências”, razão pela qual se requer aprovação plenária do projeto em análise a ser realizada na Sessão Ordinária do dia 30 de junho de 2017. Em

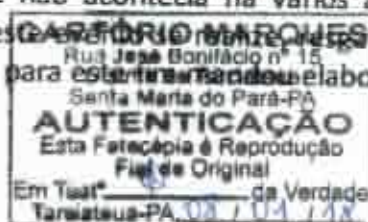
Regina Oliveira
Regina Oliveira
Oficial Interna
CPF 287.364.512-11

CARTÓRIO MARQUES
Rua José Bonifácio nº 15
Distrito de Tiroqueiras
Santa Maria do Pará-PA
AUTENTICAÇÃO
Esta Fotocópia é Reprodução
Fidei do Original

012.594.798

**VÁLIDO SOMENTE
COM SELLO DE SEGURANÇA**

face desta conclusão, esta Comissão manifesta-se favorável à aprovação do projeto de Lei, em apreço pelo Douto Plenário deste Poder legislativo Municipal. É o parecer. Sala das Comissões da Câmara Municipal de Quatipuru, em 29 de junho de 2017. Assinaram os Vereadores: Irailton Fernandes – Presidente; Manoel Costa de Aviz – Relator e Orlando Júlio da Silva – Membro. Da Comissão de Finanças e Orçamento. A Comissão de Finanças e Orçamento, em reunião realizada no dia 29 de junho de 2017, após estudo e análise detalhada de sua competência, decidiu acolher o voto do Relator vereador Silvio Santa Brígida, que concluiu pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 001/2017 que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências” razão pela qual se requer aprovação Plenária do projeto em análise a ser realizada na Sessão ordinária do dia 30 de junho de 2017. Em face desta conclusão, esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do projeto de lei em apreço pelo Douto Plenário deste Poder Legislativo Municipal. É o parecer. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Quatipuru, em 29 de junho de 2017. Assinaram os Vereadores: Benedito Martins – Presidente – Silvio Santa Brígida – Relator e Regina Oliveira – Membro. Parecer da Comissão de Justiça e Redação de Leis desta Câmara Municipal, sobre o projeto de lei nº 002/2017, da Proposta de alteração do artigo 4º, inciso II da Lei Municipal nº 230/2016, de 12 de agosto de 2016, eis o parecer. A Comissão de Justiça e Redação de Leis, em reunião realizada no dia 29 de junho de 2017, após estudo e análise detalhada de sua competência, decidiu acolher o voto do Relator Vereador Manoel Costa de Aviz, que concluiu pela constitucionalidade do projeto de lei nº 002/2017 que “Altera o artigo 4º, inciso II da Lei Municipal nº 230/2016” razão pela qual se requer aprovação plenária do projeto em análise a ser realizada na Sessão Ordinária do dia 30 de junho de 2017. Em face desta conclusão esta Comissão, manifesta-se favorável à aprovação do projeto de lei, em apreço pelo Douto Plenário deste Poder Legislativo Municipal. É o parecer. Sala das Comissões da Câmara Municipal de Quatipuru, em 29 de junho de 2017. Assinaram os Vereadores: Irailton Fernandes – Presidente; Manoel Costa – Relator e Orlando Júlio – Membro. E como não havia mais correspondências para ser lida é encerrado este horário. O senhor Presidente inicia o horário de pronunciamentos dos Vereadores inscritos. Com a palavra os seguintes: BENEDITO MARTINS (DEM), disse: se reporta sobre o festival da GO, nunca disse que é contra a realização do evento, jamais falou algo, o que fala e continua falando e jamais vai calar a boca, é sobre a posição do Prefeito Municipal, por liberar a festa da GO a quem quisesse fazê-la e vai realizar o festival do caranguejo na sede do municipal, isto já se reportou em duas ocasiões nas sessões desta Casa, se a Prefeitura vai realizar a festa do caranguejo e porque não fazer o festival da GO e que jamais vai ser contra a lei nº 230 em vigência. APARTE da Vereadora REGINA OLIVEIRA, cedida, disse a Vereadora Regina, disse que também é a favor da vigência da lei nº 230, sabe que isto vai ferir muita gente e sabe que o resultado da votação será de sete votos contra dois contra a lei. Continua com o seu pronunciamento o vereador BENEDITO, disse mais, é este o seu posicionamento. Era o que tinha a dizer. Dando prosseguimento neste horário de pronunciamentos, o vereador HEMERSON SOARES (PSD), disse, comenta sobre o campeonato de porfia de barcos que vai resgatar no distrito de Boa Vista no corrente ano, mês de julho, coisa que não acontecia há vários anos e com seus esforços, dedicação trabalha para que esta tradição não se perca, resgatando esta cultura que traz muita animação para o povo e para este município. E para este fim elaborou um projeto cultural que



Carimunda Santiago
Carimunda Santiago P. Sousa
Oficial Interina
CPF 287 364 512-15

VÁLIDO SOMENTE
COM SELO DE SEGURANÇA

012.594.888

CARTÓRIO MARQUES
Rua José Bonifácio nº 15
Distrito de Tardadeua
Santa Maria do Pará-PA
AUTENTICAÇÃO
Esta Fotocópia é Reprodução
Fiel do Original
Em Teste da Verdade
23/10/17

visa justamente fazer esta regata no festival da GO em Boa Vista e para este fim conta com o apoio da sociedade e do Poder público. Disse ainda o vereador os Irailton e João Osmar realizar este evento estão em torno de três mil reais. O vereador se refere sobre os festivais que estarão sendo realizados no mês de julho na Sede do município e no distrito de Boa Vista, o que realmente ocorre todos os anos o município recebe muitos turistas que vem participar das duas festas e aproveita esta oportunidade para se referir sobre as palavras do Vereador Benedito falou em seu pronunciamento, quem deveria na verdade fazer a festa da GO em Boa Vista seria a Prefeitura uma vez que vai fazer a de Quatipuru e tão de repente abriu mão para que terceiros fizesse a festa. Espera que os companheiros vejam que a festa da GO traz muitos benefícios para os vendedores que comercializam quaisquer produtos e traz lucros e que ajudem a aprovar a proposta apresenta pelos Vereadores Irailton e João Osmar para que seja cobrado ingresso visto que as despesas são altíssimas e só com ajuda do povo podem os que vão fazer a festa mostrar coisas boas. O vereador quer uma solução do secretário de obras para concluir os serviços que foram iniciados na orla do bairro Castelo em Boa Vista e está parada e principalmente agora no mês de julho quando teremos a maior festa de rua em Boa Vista. Era o que tinha a dizer. E como não havia mais Vereadores inscritos, o senhor Presidente encerra este horário e inicia a PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA, sub mete em Discussão as matérias que estiver em pauta. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação de Leis, Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei de nº 001/2017 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias L.D.O. para elaboração da Lei Orçamentária do ano 2018. Parecer da Comissão de Justiça e Redação de Leis, sobre o projeto de Lei de nº 02/2017 que altera o art; 4º inciso II da Lei nº 230/2016, foi discutida por todos os Vereadores presentes cada expondo seu posicionamento. E após as discussões o Senhor Presidente inicia a SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA, sub metida em votação as matérias, Antes porém o senhor Presidente encaminha as propostas de abaixo assinados dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Fiscais da Prefeitura Municipal para a Comissão de Justiça e Redação de Leis, analisá-los. Em votação as matérias. Pareceres do projeto de Lei nº 001/2017 da LDO/2018, foi APROVADO. O Parecer do projeto de Lei nº 02/2017 da alteração da lei nº 230/2016, antes de ser votado, os Vereadores João Osmar e Irailton Fernandes, apelaram para que fosse a votação nominal obedecendo as normais Regimentais. O Senhor Presidente declara que obedece os preceitos Regimentais e passou a nominar os Vereadores para a votação do projeto. Manoel Costa, João Osmar, Irailton Fernandes, Orlando Júlio, Hemerson Soares, Sílvia Santa Brígida e Regina Oliveira, votaram sim para que seja alterada a lei, o vereador Benedito Martins, votou que a Lei 230 seja mantida. O Senhor Presidente declarou o seu voto a favor da alteração da Lei. O resultado da votação, ficou assim, oito votos a favor da alteração da Lei nº 230/2016 e um voto contra. Atendendo pedido do vereador Irailton Fernandes, o Senhor Presidente concedeu espaço para que fizesse comunicação inadiável. Com a palavra o vereador Irailton, disse, se congratula com os funcionários e assessores da Câmara pelos serviços prestados neste primeiro semestre em que a Câmara funcionou com a realização das Sessões e após esta votação apelou que a Prefeitura não mais realize os festivais, uma vez que traz muitas despesas e quem sofre com esta situação são os funcionários municipais que podem atrasar seus vencimentos como já ocorreu em anos passados. E como nada mais havia a ser tratado, a Sessão Ordinária é encerrada, o Senhor Presidente convoca os Senhores

Armando Santiago
Armando Santiago P. Sousa
Oficial Interina
CPF 287.364.512-14

Vereadores para a próxima Sessão, dia 1º de agosto deste ano na abertura do 2º Período Ordinário, deseja a todos ótimo final de semana e boas festas e feliz recesso parlamentar. Eu, Benedito Leolito da Silva Júnior, Secretário legislativo lavrei esta Ata depois de lida e aprovada vai assinada pelos Vereadores presentes. Cidade de Quatipuru, em 30 de Junho de 2017.

Presidente: Paulo Vitorino de S. Reis
1º Secretário: Salvador Braga Reis
2º Secretária: Alanoil Corte de Aze
Vereador: Marcos
Vereador: Nemumon Soares da Costa
Vereador: Calisto Mendes da Silva
Vereador: Benedito Leolito da Silva
Vereador: Inaltem José da Costa Fernandes

VALIDO SOMENTE
COM SELO DE SEGURANÇA



CARTÓRIO MARQUES
Rua José Bonifácio nº 15
Distrito de Tarcateua
Santa Maria do Pará-PA
AUTENTICAÇÃO
Esta Fotocópia é Reprodução
Fiel do Original
Em Teste da Verdade
Tarcateua-PA, 19/07/17

Raimunda Santiago
Raimunda Santiago P. Sousa
Oficial Interina
CPF 287 364 512-15



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Quatipuru
Gabinete do Prefeito

DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins, que a Lei Municipal nº 237/2017 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras providências não teve seus **Anexos de Metas** e **Riscos Fiscais** preenchidos devido à falta de informações de Prestações de Contas dos Exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016, haja vista que não foram encontrados documentação no prédio da Prefeitura Municipal conforme Boletim de Ocorrência.

Quatipuru-Pa, 04 de Julho de 2017

LUIZ PEREIRA DE
SOUSA:44302800291

Assinado digitalmente
por LUIZ PÉREIRA
DE
SOUSA:44302800291
Data: 2017.07.04
14:58:08 -0300

Luiz Pereira de Sousa
Prefeito Municipal